MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 30/10/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

Instituto susterte®

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 10.

"Na sala de audiências, alguém repetiu que "a lei fala por si". A frase, tão confortável quanto uma cadeira antiga que ninguém pensa em substituir, parecia encerrar a discussão antes que ela começasse. Leis, porém, não levantam a voz. São os intérpretes, situados em um tempo e diante de fatos que resistem à arrumação perfeita das palavras, que lhes atribuem sentido.

O problema não está em reconhecer que o texto jurídico limita a interpretação. Está em fingir que esse limite dispensa escolhas. Toda decisão ilumina alguns aspectos e deixa outros na penumbra. Por isso, fundamentar é mostrar o caminho percorrido, inclusive os trechos em que havia bifurcação.

No cotidiano forense, o excesso de fórmulas prontas produz um paradoxo: quanto mais solene o texto, menos visíveis podem se tornar as razões que sustentam a decisão. O jargão, quando necessário, confere precisão. Quando usado como cortina, produz distância.

Escrever com clareza, portanto, não empobrece o direito. Ao contrário, obriga o autor a expor a estrutura do raciocínio. E um raciocínio exposto é um raciocínio que pode ser contestado — talvez por isso a clareza ainda assuste."

Banca Elaboradora

1. A construção argumentativa do texto organiza-se em torno de uma tese sobre a interpretação e a escrita jurídica. Assinale a alternativa que apresenta a síntese CORRETA dessa tese.

A) A linguagem técnica deve ser retirada das decisões, pois sua presença impede a compreensão do conteúdo e enfraquece a autoridade institucional.

B) A interpretação pode ultrapassar os limites do texto jurídico quando os fatos resistem à organização precisa das palavras empregadas pelo legislador.

C) A clareza torna visíveis as escolhas interpretativas e o percurso argumentativo, permitindo que as razões da decisão sejam examinadas e contestadas.

D) A legitimidade da decisão resulta do sentido previamente contido na norma, desde que o intérprete empregue uma linguagem formal e tecnicamente rigorosa.

E) A solenidade do discurso jurídico preserva a objetividade da decisão, pois reduz a influência das circunstâncias e das escolhas realizadas pelo intérprete.

---

2. Sobre as informações explícitas e implícitas no texto, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento de limites textuais é apresentado como suficiente para afastar escolhas relevantes no processo decisório.

II. A resistência à clareza pode estar relacionada à possibilidade de controle crítico sobre o raciocínio exposto.

III. O valor do jargão depende de sua função no texto, pois ele pode conferir precisão ou encobrir as razões da decisão.

IV. A solenidade da redação é tratada como um recurso capaz de tornar mais visíveis as razões que sustentam uma decisão.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas CORRETAS.

A) II e III.

B) I e IV.

C) I, II e III.

D) II, III e IV.

E) I, III e IV.

---

3. Considerando a distinção entre a sequência textual empregada na abertura e a organização global do texto, assinale a alternativa CORRETA.

A) Predomina a narração, pois a cena inicial estabelece uma sequência temporal que organiza os argumentos posteriores como desfecho do episódio ocorrido na audiência.

B) Predomina a exposição, pois os parágrafos definem conceitos da escrita jurídica e mantêm o autor afastado de qualquer posicionamento valorativo sobre o tema.

C) Predomina a injunção, pois o texto prescreve etapas obrigatórias de fundamentação e orienta diretamente a conduta dos profissionais durante a elaboração de decisões.

D) Predomina a descrição, pois a progressão se concentra nas características da linguagem forense e na composição estática do ambiente institucional apresentado ao leitor.

E) Predomina a argumentação, e a sequência narrativa funciona como estratégia de abertura para a defesa da clareza como forma de controle das razões jurídicas.

---

4. No segmento "diante de fatos **que** resistem à arrumação perfeita das palavras", assinale a alternativa que classifica corretamente o termo "que" e identifica sua função sintática.

A) Conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva completiva nominal e completa o sentido do substantivo "fatos".

B) Pronome relativo que retoma o substantivo "fatos" e exerce a função de sujeito da forma verbal "resistem".

C) Pronome interrogativo que inicia uma oração interrogativa indireta e exerce a função de complemento da forma verbal "resistem".

D) Conjunção subordinativa consecutiva que relaciona a resistência dos fatos ao resultado produzido pela organização perfeita das palavras.

E) Pronome relativo que retoma o substantivo "fatos" e exerce a função de objeto indireto da forma verbal "resistem".

---

5. No período "A frase [...] parecia encerrar a discussão antes que ela começasse", a oração iniciada pela locução conjuntiva "antes que" estabelece uma relação específica com a oração principal. Assinale a alternativa CORRETA.

Instituto SUSTENTE®

A) Trata-se de uma oração subordinada adverbial causal, com o pretérito imperfeito do indicativo empregado para indicar simultaneidade entre os acontecimentos.

B) Trata-se de uma oração subordinada adverbial concessiva, com o pretérito imperfeito do subjuntivo empregado para marcar uma oposição hipotética.

C) Trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, com a forma verbal no subjuntivo exigida pela regência de "parecia".

D) Trata-se de uma oração subordinada adverbial temporal, com o pretérito imperfeito do subjuntivo associado a um fato ainda por ocorrer.

E) Trata-se de uma oração subordinada adverbial proporcional, com o pretérito imperfeito do subjuntivo indicando o desenvolvimento paralelo dos fatos.

---

6. Assinale a alternativa integralmente CORRETA quanto à regência verbal e ao emprego do sinal indicativo de crase.

A) O parecer aludiu à decisões às quais o relator atribuiu especial relevância e das quais os advogados haviam discordado.

B) O parecer aludiu às decisões às quais o relator atribuiu especial relevância e das quais os advogados haviam discordado.

C) O parecer aludiu às decisões que o relator atribuiu especial relevância e das quais os advogados haviam discordado.

D) O parecer aludiu às decisões às quais o relator atribuiu especial relevância e às quais os advogados haviam discordado.

E) O parecer aludiu as decisões às quais o relator atribuiu especial relevância e de que os advogados haviam discordado.

---

7. Na formulação citada "a lei fala por si", qual figura de linguagem predomina e que efeito ela produz no desenvolvimento do texto?

A) Metonímia, porque o termo "lei" substitui os legisladores e desloca para o texto a responsabilidade pelas escolhas realizadas na aplicação jurídica.

B) Hipérbole, porque a capacidade comunicativa da lei é ampliada para ressaltar a intensidade de sua força obrigatória sobre os intérpretes.

C) Eufemismo, porque a formulação suaviza a interferência humana na interpretação e reduz o peso das decisões tomadas pelos agentes jurídicos.

D) Personificação, porque atribui à lei a capacidade de falar e condensa a ideia, depois contestada, de que a norma dispensa uma mediação humana.

E) Antítese, porque contrapõe a voz da lei ao silêncio dos intérpretes e apresenta essas duas forças como polos equivalentes da decisão.

---

8. No terceiro parágrafo, o emprego da palavra "cortina" participa da crítica ao uso de fórmulas prontas e de jargões. Assinale a alternativa CORRETA sobre o sentido construído no contexto.

A) O termo assume sentido denotativo e designa uma barreira material que separa fisicamente os participantes de uma audiência judicial.

B) O termo produz polissemia, pois as leituras material e discursiva permanecem simultaneamente possíveis no desenvolvimento argumentativo do parágrafo.

C) O termo assume sentido conotativo e metafórico, associando o jargão a uma barreira que encobre razões e afasta o leitor.

D) O termo constitui uma metonímia, pois substitui os profissionais do direito pelo vocabulário técnico empregado na elaboração de textos forenses.

E) O termo funciona como eufemismo, pois atenua o efeito de afastamento produzido pelo uso excessivo da linguagem técnica.

---

9. No encadeamento argumentativo do texto, os conectivos "por isso", "portanto" e "ao contrário" articulam relações distintas. Assinale a alternativa que apresenta, nessa ordem, as relações estabelecidas.

A) Uma conclusão inferida do argumento anterior, uma conclusão do percurso argumentativo e uma oposição que corrige uma expectativa.

B) Uma explicação causal do enunciado anterior, uma informação acrescentada ao raciocínio e uma alternativa entre interpretações possíveis.

C) Uma condição para o desenvolvimento do argumento, uma consequência apresentada como fato e uma comparação entre posições equivalentes.

D) Uma concessão ao ponto precedente, uma reformulação de caráter explicativo e uma relação temporal de posterioridade entre ideias.

E) Uma finalidade atribuída ao raciocínio, uma exemplificação da tese defendida e uma conformidade com a ideia anteriormente apresentada.

---

10. Considere o período final do texto: "E um raciocínio exposto é um raciocínio que pode ser contestado — talvez por isso a clareza ainda assuste." Assinale a alternativa em que a reescrita preserva o sentido, a modalização e a relação argumentativa do trecho.

A) Embora a clareza ainda assuste, a exposição do raciocínio impede que ele seja submetido a contestações posteriores.

B) A clareza certamente assusta, porque todo raciocínio exposto será refutado por quem discorde das conclusões apresentadas.

C) A clareza talvez assuste, mas a possibilidade de contestação torna dispensável a exposição das razões adotadas.

D) Como a exposição do raciocínio reduz a possibilidade de contestação, a clareza pode causar desconforto aos intérpretes.

E) Talvez seja por essa razão que a clareza ainda assuste: a exposição do raciocínio torna possível contestá-lo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. No exercício da fiscalização profissional, um conselho exige a comprovação de qualificação prevista em lei para deferir a inscrição de determinada categoria. A exigência apoia-se no art. 5º, XIII, da Constituição Federal, que assegura a liberdade profissional e admite qualificações legais. Quanto à aplicabilidade desse dispositivo, é CORRETO afirmar que:

A) a norma possui eficácia contida, produz efeitos imediatos e admite restrição legislativa proporcional por meio das qualificações profissionais autorizadas pelo próprio texto constitucional.

B) a norma possui eficácia limitada de princípio institutivo, pois a liberdade profissional surge juridicamente após a lei estruturar os requisitos de cada categoria regulada.

C) a norma possui eficácia plena, pois a reserva legal disciplina procedimentos de inscrição, preservando integralmente o âmbito material da liberdade profissional assegurada pela Constituição.

D) a norma possui eficácia limitada de princípio programático, pois dirige ao legislador uma finalidade social dependente de políticas públicas voltadas à organização das profissões.

E) a norma possui eficácia exaurida, pois a regulamentação posterior incorpora o comando constitucional e passa a constituir o fundamento jurídico direto da liberdade profissional.

12. Considerando a elaboração de uma nota técnica sobre reforma constitucional, analise as afirmativas a seguir e marque V para verdadeiro ou F para falso.

( ) O poder constituinte originário inaugura uma nova ordem jurídica e, sob a perspectiva jurídico-positiva, caracteriza-se como inicial, autônomo e juridicamente incondicionado.

( ) O poder constituinte derivado reformador submete-se aos limites procedimentais, circunstanciais e materiais previstos pela Constituição que lhe confere fundamento.

( ) Uma proposta de emenda constitucional pode ser deliberada durante intervenção federal quando alcance três quintos dos votos, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional.

( ) Uma proposta de emenda rejeitada pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa quando subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) F - V - F - V.

B) V - F - V - F.

C) V - V - F - F.

D) F - F - V - V.

E) V - F - F - V.

13. No cadastro mantido por uma autarquia, uma candidata identifica dados pessoais inexatos que impediram sua posse. Depois de formular pedido administrativo de acesso e retificação, recebe resposta definitiva recusando ambas as providências. Assinale a alternativa CORRETA quanto ao instrumento constitucional cabível.

A) O mandado de segurança individual permite conhecer e corrigir os dados, pois protege direito líquido e certo afetado por registros mantidos em arquivo estatal.

B) O habeas data permite conhecer e retificar os dados pessoais, pois houve resistência administrativa em banco de informações mantido por entidade governamental.

C) O mandado de injunção permite obter e alterar os dados, pois a resistência administrativa inviabiliza o exercício de prerrogativa diretamente ligada à cidadania.

D) O habeas corpus permite examinar e retificar o cadastro, pois o impedimento à posse repercute de forma mediata sobre a liberdade de escolha profissional.

E) A ação popular permite corrigir o registro individual, pois a manutenção de informação inexata em arquivo público compromete a moralidade da atividade administrativa.

14. Uma lei municipal fixa tempo máximo de espera para atendimento presencial em agências bancárias situadas no território do Município. Considerando a repartição constitucional de competências e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

A) A lei invade a competência privativa da União sobre política de crédito, pois o tempo de atendimento integra a organização operacional das instituições financeiras.

B) A lei depende de autorização em lei complementar estadual, pois a matéria integra competência residual dos Estados e admite exercício municipal por delegação legislativa.

C) A lei exige delegação formal da União ao Município, pois regras incidentes sobre agências bancárias decorrem da competência federal referente ao sistema financeiro nacional.

D) A lei decorre da competência concorrente dos Estados e do Distrito Federal, cabendo ao Município suplementar as normas gerais editadas sobre atendimento bancário.

E) A lei insere-se no interesse local e disciplina a prestação do serviço ao consumidor, conforme a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

15. Sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

I. Um órgão fracionário de tribunal viola a cláusula de reserva de plenário quando afasta a incidência de uma lei por incompatibilidade constitucional, ainda que evite declarar formalmente sua inconstitucionalidade.

II. Uma lei municipal pode ser impugnada diretamente perante o Supremo Tribunal Federal por ação direta de inconstitucionalidade quando o parâmetro indicado for a Constituição Federal.

III. Uma arguição de descumprimento de preceito fundamental pode alcançar atos normativos anteriores à Constituição, desde que esteja atendido o requisito da subsidiariedade.

IV. Uma ação declaratória de constitucionalidade pode ter como objeto uma lei ou um ato normativo federal diante de controvérsia judicial relevante sobre sua aplicação.

V. Uma ação direta por omissão restringe-se à omissão legislativa total, ficando fora de seu alcance a omissão parcial e a inércia administrativa.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

A) I, III e IV.

B) I, II e IV.

C) II, III e V.

D) I, II e III.

E) III, IV e V.

16. Uma autarquia prepara um pregão para contratar serviços comuns e distribui atribuições entre a autoridade competente, o agente responsável pelo certame, a equipe de apoio e os setores de assessoramento. A definição desses papéis influencia a integridade do procedimento. É CORRETO afirmar que:

A) a autoridade pode concentrar no agente de contratação o planejamento, o julgamento, a homologação e a fiscalização quando a centralização estiver motivada pela eficiência administrativa.

B) a autoridade deve observar a segregação de funções, e o agente responsável pela condução do pregão recebe a designação de pregoeiro, apoiado pela equipe correspondente.

C) o agente de contratação e a equipe de apoio respondem solidariamente por cada decisão do certame, inclusive quando a manifestação partir de setor técnico especializado.

D) a comissão de contratação deve substituir o agente de contratação nas aquisições de bens comuns, pois o pregão exige deliberação colegiada durante o julgamento.

E) o órgão de assessoramento jurídico pode escolher a proposta vencedora depois da análise do edital, pois o controle prévio abrange o mérito do julgamento.

17. A respeito da organização administrativa, correlacione a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Autarquia.

2. Empresa pública.

3. Sociedade de economia mista.

4. Fundação pública de direito privado.

Coluna II

( ) Pessoa jurídica de direito privado, com capital integralmente público e possibilidade de adoção de qualquer forma societária admitida em direito.

( ) Pessoa jurídica de direito público criada diretamente por lei, dotada de capacidade administrativa para o desempenho de atividade estatal descentralizada.

( ) Pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima e formada por capital público e privado, com controle estatal.

( ) Pessoa jurídica de direito privado cuja instituição é autorizada por lei e cuja personalidade se aperfeiçoa com o registro dos atos constitutivos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) 1 - 2 - 4 - 3.

B) 3 - 1 - 2 - 4.

C) 2 - 4 - 3 - 1.

D) 4 - 3 - 1 - 2.

E) 2 - 1 - 3 - 4.

18. A Administração apura uma infração funcional praticada por um servidor e, em procedimento distinto, limita o funcionamento de estabelecimentos que descumprem requisitos sanitários. A distinção entre os poderes empregados é relevante para a validade das medidas. Assinale a alternativa CORRETA.

A) O poder disciplinar condiciona atividades privadas dirigidas ao público, enquanto o poder de polícia alcança agentes sujeitos à disciplina funcional da Administração.

B) O poder hierárquico permite punir particulares por infrações administrativas, enquanto o poder disciplinar se destina à distribuição interna de competências entre órgãos.

C) O poder disciplinar apura infrações de agentes sujeitos à disciplina administrativa, enquanto o poder de polícia condiciona direitos e atividades em benefício coletivo.

D) O poder regulamentar cria deveres materiais autônomos para particulares, enquanto o poder de polícia executa comandos produzidos por regulamentos independentes da lei.

E) O poder discricionário permite afastar a finalidade legal diante da conveniência administrativa, enquanto o poder vinculado admite escolha quanto ao motivo do ato.

19. No julgamento de um processo administrativo federal, a decisão foi assinada por autoridade subordinada que possuía competência delegável, embora ainda carecesse de delegação formal. O ato também utilizou forma diversa da prevista internamente, cuja observância a lei tratava como acessória. A finalidade, o motivo e o objeto permaneceram válidos, e ficou demonstrada a ausência de prejuízo a terceiros e ao interesse público. Assinale a alternativa que apresenta a providência CORRETA.

A) A Administração pode convalidar o ato, suprindo os defeitos sanáveis de competência e forma e preservando os efeitos jurídicos produzidos desde sua edição.

B) A Administração deve revogar o ato por conveniência, pois defeitos de competência e forma pertencem ao mérito administrativo e produzem efeitos prospectivos.

C) A Administração deve anular integralmente o ato, pois qualquer defeito de competência ou forma impede o aproveitamento dos efeitos anteriormente constituídos.

D) A Administração deve cassar o ato, pois a ausência de delegação posterior caracteriza descumprimento de condição imposta ao beneficiário depois de sua edição.

E) A Administração deve reconhecer a caducidade do ato, pois a forma interna superveniente retira a compatibilidade do provimento com o ordenamento vigente.

20. Sobre a improbidade administrativa depois das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 e da interpretação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O enquadramento exige vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, e a mera voluntariedade da conduta mostra-se insuficiente.

II. O ato que causa lesão ao erário admite presunção do prejuízo patrimonial quando a quantificação do dano se revelar complexa durante a instrução processual.

III. O Ministério Público e a pessoa jurídica de direito público interessada possuem legitimidade concorrente para propor a ação de improbidade e celebrar acordo de não persecução civil.

IV. As sanções previstas para cada espécie de improbidade podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato reconhecida na decisão.

V. A supressão da modalidade culposa alcança condenações transitadas em julgado e permite a revisão da pena durante a fase de execução da decisão.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

A) I, II e IV.

B) II, IV e V.

C) I, II e III.

D) I, III e IV.

E) III, IV e V.

21. Considerando a análise de um pedido de tomada de decisão apoiada formulado por uma pessoa com deficiência, analise as afirmativas a seguir e marque V para verdadeiro ou F para falso.

( ) A pessoa com deficiência conserva plena capacidade civil para casar, constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos e decidir sobre planejamento familiar.

( ) A curatela constitui medida extraordinária, proporcional às necessidades do caso e limitada, em regra, aos atos relacionados aos direitos patrimoniais e negociais.

( ) A tomada de decisão apoiada transfere aos apoiadores a manifestação final de vontade quando o termo judicial delimita previamente os atos alcançados.

( ) A pessoa que completou dezesseis anos permanece absolutamente incapaz para os atos da vida civil até alcançar a maioridade ou obter emancipação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) V - V - F - F.

B) V - F - V - F.

C) F - V - F - V.

D) V - F - F - V.

E) F - F - V - V.

22. No contrato de aquisição de uma participação societária, o pagamento de parcela adicional ficou subordinado à aprovação de licença regulatória. A compradora, para quem a aprovação seria desfavorável, ocultou deliberadamente documento indispensável e provocou o arquivamento do pedido. Assinale a alternativa CORRETA quanto aos efeitos dessa interferência na condição suspensiva.

A) A condição permanece pendente até nova decisão administrativa, pois o comportamento da compradora repercute na responsabilidade contratual e preserva o evento futuro previsto.

B) A condição converte-se em termo inicial fixado na data do arquivamento, pois a conduta da compradora elimina a incerteza e mantém a exigibilidade diferida.

C) O negócio torna-se anulável por erro substancial, pois a interferência posterior modifica uma qualidade essencial considerada pelas partes na formação do consentimento.

D) A condição considera-se verificada para os efeitos jurídicos, pois seu implemento foi maliciosamente impedido pela parte a quem a ocorrência produziria desvantagem.

E) O contrato resolve-se de pleno direito na data do arquivamento, pois o fracasso do evento suspensivo extingue a relação e afasta os efeitos projetados.

23. Assinale a alternativa CORRETA sobre a prescrição e a decadência no regime do Código Civil.

A) A convenção das partes pode ampliar o prazo prescricional depois do nascimento da pretensão quando o ajuste escrito preserve a duração máxima estabelecida pela lei.

B) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita depois de consumada, respeitados os direitos de terceiros, e os prazos prescricionais permanecem indisponíveis às partes.

C) A decadência estabelecida por lei admite renúncia depois de consumada quando o titular do direito possui capacidade plena e o ato preserva interesses de terceiros.

D) A decadência convencionada deve ser conhecida de ofício pelo juiz, pois o decurso do prazo extingue o direito potestativo independentemente da alegação da parte interessada.

E) A interrupção da prescrição pode ocorrer em atos sucessivos do mesmo credor quando cada providência seja adotada antes do encerramento do prazo reiniciado.

24. Três empresários assumiram obrigação solidária de R$ 900.000,00, em quotas internas iguais. Antes do vencimento, o credor concedeu remissão da parte correspondente a um dos devedores e reservou a solidariedade contra os demais. Depois do inadimplemento, é CORRETO afirmar que:

A) a remissão concedida a um dos devedores extingue a obrigação integral, pois a unidade externa da solidariedade impede a conservação parcial do crédito.

B) a reserva da solidariedade permite cobrar R$ 900.000,00 de qualquer devedor remanescente, cabendo ao demandado exercer posteriormente o direito de regresso.

C) a remissão reduz a dívida a R$ 600.000,00, mantendo-se a solidariedade entre os devedores remanescentes quanto ao valor ainda exigível.

D) a remissão converte a obrigação solidária em obrigação divisível, permitindo ao credor cobrar de cada devedor remanescente a respectiva quota de R$ 300.000,00.

E) a remissão libera o beneficiário da cobrança direta e conserva integralmente o valor exigível dos demais, pois o perdão produz efeitos estritamente pessoais.

25. Uma empresa adquiriu um imóvel por contrato que continha cláusula expressa de exclusão da garantia contra evicção. Antes da assinatura, o alienante informou possível falha na cadeia dominial, mas a adquirente recusou assumir contratualmente o risco de perda. Anos depois, um terceiro obteve sentença que reconheceu seu domínio e retirou o bem da compradora. Marque a alternativa CORRETA.

A) A cláusula afasta a restituição do preço porque a adquirente conhecia a falha dominial, ainda que tenha recusado assumir contratualmente o risco da perda.

B) A cláusula carece de eficácia porque a garantia contra evicção possui natureza imperativa, de modo que o alienante responde pela restituição e pelas indenizações legais.

C) A perda judicial torna o contrato originariamente inexistente, e a adquirente recebe o valor atual do imóvel como efeito automático da recomposição patrimonial integral.

D) A adquirente conserva a restituição do preço, pois conheceu o risco e recusou assumi-lo, enquanto a cláusula afasta as demais verbas da garantia.

E) A ciência do risco converte a evicção em inadimplemento doloso, e o alienante deve restituir em dobro o preço, acrescido das despesas e dos lucros cessantes.

26. Um viúvo faleceu e deixou três filhos vivos. O primeiro possui um descendente, o segundo possui dois e o terceiro possui três. Os três filhos renunciaram validamente à herança antes de praticar atos de aceitação, e o falecido deixou esses seis netos como únicos descendentes de grau subsequente. Assinale a alternativa CORRETA quanto à distribuição da herança.

A) Os netos sucedem por transmissão, e cada grupo recebe a quota que ingressou no patrimônio do respectivo ascendente antes da formalização da renúncia.

B) Os netos representam os respectivos pais e dividem a herança por linhas familiares, pois a renúncia produz os mesmos efeitos sucessórios da morte anterior.

C) Os seis netos sucedem por direito próprio e por cabeça, cabendo a cada um um sexto da herança após a renúncia da classe anterior.

D) Os netos sucedem por estirpe, e cada grupo recebe um terço da herança para posterior divisão interna, porque a representação preserva a quota dos renunciantes.

E) Os netos ficam afastados da sucessão imediata, e a herança passa aos ascendentes do falecido, pois a renúncia dos filhos interrompe a vocação dos descendentes.

27. Quanto à competência no processo civil, correlacione a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Incompetência absoluta.
2. Incompetência relativa.
3. Perpetuação da jurisdição.
4. Eleição de foro.

Coluna II

( ) Deve ser arguida em preliminar de contestação e prorroga-se quando a parte interessada deixa de alegá-la no momento processual próprio.

( ) A competência fixa-se no momento do registro ou da distribuição, ressalvadas a supressão do órgão judiciário e a alteração posterior da competência absoluta.

( ) Pode ser alegada durante a tramitação e conhecida de ofício pelo juiz, com oportunidade prévia de manifestação das partes antes da decisão.

( ) Exige instrumento escrito, referência a negócio jurídico determinado e pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) 1 - 4 - 2 - 3.

B) 3 - 2 - 4 - 1.

C) 4 - 1 - 3 - 2.

D) 2 - 3 - 1 - 4.

E) 2 - 1 - 4 - 3.

28. Na ação indenizatória, o réu já foi citado e apresentou contestação. Antes do saneamento, o autor pretende acrescentar pedido ligado ao mesmo fato e modificar parte da causa de pedir. O réu manifesta oposição expressa à alteração. Assinale a alternativa CORRETA quanto à estabilização da demanda.

A) O autor pode modificar o pedido e a causa de pedir até o saneamento, pois a estabilização da demanda ocorre depois da decisão de organização.

B) O autor pode modificar o pedido depois da contestação mediante autorização judicial, e a conexão com o fato originário dispensa a concordância da parte ré.

C) A modificação depende da formação de processo incidental, no qual o réu recebe nova citação e o juiz decide sobre a reunião dos pedidos por conexão.

D) A modificação exige desistência do pedido inicial, extinção parcial do processo e posterior ajuizamento de ação autônoma, em processo distinto, para examinar a pretensão acrescentada.

E) O aditamento deve ser rejeitado, pois depois da citação a alteração depende do consentimento do réu e deve ocorrer até o saneamento, com contraditório efetivo.

29. Assinale a alternativa CORRETA sobre o procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente quando a urgência surge antes da formulação completa do pedido principal.

A) O autor deve ajuizar nova ação principal em quinze dias depois da efetivação da cautelar, recolher custas iniciais e requerer a distribuição por dependência.

B) O autor deve apresentar o pedido principal durante a audiência de justificação, pois a efetivação da cautelar estabiliza a relação processual e impede aditamento posterior.

C) O autor deve formular o pedido principal nos mesmos autos, em trinta dias após a efetivação da cautelar, e pode aditar a causa de pedir.

D) O autor deve converter a cautelar em tutela antecipada antes da contestação, pois o pedido principal posterior integra o procedimento das medidas satisfativas.

E) O autor deve aguardar a contestação e formular o pedido principal na réplica, oportunidade em que recolhe novas custas e completa a documentação da demanda.

30. Uma paciente ajuíza ação contra hospital e fabricante após falha em equipamento implantável. Os registros técnicos permanecem sob guarda das rés, enquanto a autora possui acesso restrito aos dados necessários para identificar a origem do defeito. À luz da distribuição dinâmica prevista no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

A) a redistribuição depende de convenção entre as partes, pois a regra legal possui natureza dispositiva e o juiz preserva a posição definida na petição inicial.

B) a redistribuição pode ocorrer na sentença, pois a parte onerada conhece os fatos controvertidos e pode impugnar a valoração da prova por meio de recurso.

C) a redistribuição transfere também o dever de antecipar a totalidade das despesas periciais, pois a parte incumbida de provar assume os encargos financeiros da instrução.

D) a redistribuição decorre da maior capacidade econômica da parte contrária, ainda que os elementos probatórios estejam igualmente acessíveis aos dois litigantes envolvidos.

E) a redistribuição exige decisão fundamentada, oportunidade real de cumprimento e impossibilidade ou dificuldade excessiva de uma parte, ou maior facilidade probatória da outra.

31. Sobre o julgamento do mérito, a coisa julgada e a eficácia das decisões no processo civil, analise as afirmativas a seguir.

I. A decisão que julga parcialmente o mérito possui natureza interlocutória e pode ser impugnada por agravo de instrumento.

II. Os motivos adotados para determinar o alcance da parte dispositiva tornam-se imutáveis entre as partes depois do trânsito em julgado.

III. A resolução de questão prejudicial pode adquirir autoridade de coisa julgada quando preencher os requisitos específicos previstos no Código de Processo Civil.

IV. A remessa necessária constitui recurso de iniciativa legal e submete a sentença ao tribunal com os mesmos efeitos de uma apelação da Fazenda Pública.

V. O cumprimento provisório realiza-se, em regra, do mesmo modo que o definitivo, por iniciativa e responsabilidade do exequente, com caução nas hipóteses legais.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

A) I, III e V.

B) I, II e IV.

C) II, III e IV.

D) I, IV e V.

E) II, IV e V.

32. Na análise da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, marque V para verdadeiro ou F para falso.

( ) A lei posterior que favorece o agente alcança fatos anteriores, inclusive quando a condenação já transitou em julgado.

( ) A lei temporária perde a aptidão para reger fatos praticados durante sua vigência depois de encerrado o período previamente fixado.

( ) O tempo do crime corresponde ao momento da ação ou da omissão, ainda que o resultado ocorra em ocasião posterior.

( ) O lugar do crime corresponde ao local de produção do resultado, ficando excluído o território em que ocorreu a ação ou a omissão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) V - V - F - F.

B) F - V - F - V.

C) F - F - V - V.

D) V - F - V - F.

E) V - F - F - V.

33. Com o propósito de matar um desafeto, o agente mistura substância tóxica à bebida da vítima e observa a ingestão de dose suficiente para produzir a morte. Arrependido depois de esgotar os atos executórios, administra antídoto eficaz e chama socorro, impedindo o óbito. A vítima sofre lesão corporal leve, comprovada por laudo. Assinale a alternativa CORRETA.

A) Ocorre tentativa de homicídio, pois o resultado deixou de ocorrer por atuação médica posterior ao início da execução e alheia à vontade inicial do agente.

B) Ocorre arrependimento eficaz, pois o agente esgotou a execução e depois impediu o resultado, respondendo pelo crime de lesão corporal decorrente da intoxicação.

C) Ocorre desistência voluntária, pois o agente interrompeu o curso causal antes da morte e responde pelos atos praticados e pelos efeitos da intoxicação.

D) Ocorre arrependimento posterior, pois o agente reparou o perigo causado antes do recebimento da acusação e obtém redução da pena do homicídio tentado.

E) Ocorre crime impossível, pois a neutralização posterior do tóxico tornou o meio ineficaz para alcançar a morte, subsistindo a responsabilidade pela lesão corporal.

34. Um servidor responsável pela guarda de valores públicos combina com um empresário o desvio de parte da quantia para a conta da empresa. O particular conhece a condição funcional do servidor, participa do plano e fornece os dados bancários usados na transferência. O dinheiro estava na posse do agente público em razão do cargo. Assinale a alternativa que apresenta o enquadramento CORRETO.

A) O servidor responde por peculato-desvio e o empresário por apropriação indébita, pois a qualidade funcional produz efeitos penais restritos ao ocupante do cargo.

B) O servidor responde por corrupção passiva e o empresário por corrupção ativa, pois a transferência do dinheiro caracteriza vantagem indevida ajustada entre ambos.

C) O servidor e o empresário respondem por furto qualificado pelo concurso de pessoas, pois o numerário estatal foi retirado de sua esfera patrimonial.

D) O servidor e o empresário respondem por peculato-desvio, pois a condição funcional comunica-se ao particular que a conhece e participa do desvio.

E) O servidor responde por condescendência criminosa e o empresário por receptação, pois a transferência posterior separa a infração funcional da aquisição do valor.

35. Fora do contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público deixa transcorrer o prazo legal para oferecer denúncia em crime de ação penal pública. Assinale a alternativa CORRETA sobre a ação penal privada subsidiária.

A) A vítima deve aguardar a renovação judicial do prazo ministerial, pois a inércia inicial transfere ao juiz a definição do momento de início da persecução penal.

B) A vítima pode oferecer denúncia subsidiária no prazo processual comum, e o Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica até a sentença definitiva.

C) A vítima pode propor queixa subsidiária, e o Ministério Público perde a titularidade da ação, permanecendo afastado do aditamento e da retomada da acusação.

D) A vítima pode propor queixa subsidiária em seis meses contados do conhecimento da autoria, seguindo o termo inicial próprio da ação penal privada originária.

E) A vítima pode propor queixa subsidiária em seis meses contados do fim do prazo ministerial, e o Ministério Público conserva as atribuições previstas em lei.

36. Durante a apuração de um homicídio, policiais isolam o local, peritos reconhecem vestígios biológicos, registram cada transferência e encaminham o material ao laboratório. A documentação acompanha o item até sua destinação final. Sobre a cadeia de custódia, é CORRETO afirmar que:

A) ela reúne procedimentos destinados a manter e documentar a história cronológica do vestígio, desde o reconhecimento até o descarte, incluindo preservação e transferências.

B) ela começa com o ingresso do vestígio no laboratório oficial e registra as etapas periciais posteriores, pois o isolamento pertence à atividade policial preliminar.

C) ela corresponde ao laudo de rastreabilidade elaborado pelo perito responsável e concentra em um documento as pessoas que tiveram contato direto com o material.

D) ela incide sobre objetos apreendidos depois da autorização judicial e abrange o percurso entre a coleta pericial e a apresentação da prova durante a audiência.

E) ela se encerra com a conclusão do laudo pericial, pois a guarda posterior integra a gestão administrativa do órgão e deixa de influenciar a autenticidade probatória.

37. Na audiência de custódia, o Ministério Público requer liberdade provisória e a autoridade policial deixa de representar pela prisão preventiva. O juiz considera presentes os requisitos materiais da cautelar máxima e converte o flagrante em prisão preventiva por iniciativa própria. Assinale a alternativa CORRETA.

A) A conversão é permitida na audiência de custódia, pois o controle judicial do flagrante inclui competência cautelar autônoma diante de risco concreto à ordem pública.

B) A conversão é vedada, pois a prisão preventiva depende de requerimento de parte legitimada ou de representação da autoridade policial, inclusive após o flagrante.

C) A conversão é permitida depois da formalização do auto, pois a exigência de provocação desaparece com a apresentação da pessoa presa à autoridade judicial.

D) A conversão é válida quando o juiz acrescenta medidas alternativas, pois a combinação reduz a intensidade da restrição e preserva a proporcionalidade da cautelar.

E) A conversão é cabível quando o crime admite prisão preventiva, pois os requisitos do art. 313 suprem a falta de provocação na audiência de custódia.

38. O investigado preenche, em tese, os requisitos objetivos e subjetivos do acordo de não persecução penal, mas o membro do Ministério Público recusa a proposta por fundamentação que a defesa considera incompatível com os elementos do procedimento. Assinale a alternativa CORRETA sobre o controle dessa recusa.

A) O juiz pode formular diretamente as cláusulas e submeter o acordo ao investigado, pois o preenchimento dos requisitos converte a proposta em direito à celebração judicial.

B) O juiz pode determinar ao mesmo membro do Ministério Público que apresente a proposta, fixando prazo e parâmetros destinados a preservar a igualdade entre investigados.

C) A defesa deve impetrar habeas corpus contra o promotor natural, pois a recusa constitui ato administrativo definitivo submetido a controle judicial imediato pela via constitucional.

D) A defesa deve aguardar a sentença e suscitar a questão em apelação, pois a análise do acordo integra o mérito da pretensão punitiva posterior.

E) O investigado pode requerer a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público, segundo o mecanismo de revisão previsto no Código de Processo Penal.

39. Sobre os recursos no processo penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que deixa de receber a denúncia ou a queixa.

II. Cabe apelação, no prazo de cinco dias, contra sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.

III. O Ministério Público pode desistir de recurso interposto quando uma nova avaliação institucional indicar ausência de interesse na reforma da decisão.

IV. A interposição de um recurso por outro preserva a impugnação da parte quando estiver ausente a má-fé e for possível observar o procedimento cabível.

V. Cabe carta testemunhável contra a decisão que denega recurso ou que, admitindo-o, impede sua expedição e seu seguimento ao juízo competente.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

A) I, II, III e IV.

B) I, II, IV e V.

C) I, II, III e V.

D) I, III, IV e V.

E) II, III, IV e V.

40. No encerramento de um inquérito civil, o membro do Ministério Público conclui, de forma fundamentada, pela inexistência de base para o ajuizamento de ação civil pública. Uma associação legitimada nos termos da Lei da Ação Civil Pública pretende apresentar documentos antes do controle do arquivamento. Assinale a alternativa CORRETA.

A) O arquivamento encerra o inquérito na data da decisão fundamentada, e a associação pode provocar o Poder Judiciário por recurso dirigido ao tribunal competente.

B) Os autos seguem ao órgão judicial competente em dez dias, e a associação pode requerer a conversão do arquivamento em diligência probatória complementar.

C) Os autos seguem ao Conselho Superior do Ministério Público em três dias, e a associação pode apresentar razões ou documentos até a sessão.

D) O arquivamento depende de concordância prévia da associação autora da representação, e o silêncio da entidade permite homologação pela chefia do Ministério Público.

E) O arquivamento deve ser homologado pelo Procurador-Geral de Justiça, e eventual rejeição devolve o caso ao mesmo membro para ajuizamento da ação.

Instituto Sustente®